



2011 SUL:
Quantos somos?
Onde vivemos?

Autoras: Maria Filomena Mendes - mmendes@uevora.pt

Maria da Graça Magalhães - mgraca.magalhaes@ine.pt

Resumo:

Para efeitos de análise das actuais (des)continuidades demográficas reveladas pelos Censos 2011, o País foi subdividido em regiões com algum sentido demográfico em função das tendências verificadas nas últimas décadas: autonomizaram-se as regiões com características populacionais mais específicas (Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira); o restante território foi separado entre um Norte e Centro Litoral versus um Norte e Centro Interior; e, ainda, um Sul que abarca todo o espaço a sul do Tejo não abrangido pela Área Metropolitana de Lisboa.

O presente estudo ocupou-se desta última região. No vasto Sul, avalíamos a alteração ou continuidade das tendências passadas, nomeadamente, no respeitante ao crescimento da população, despovoamento, dinamismo endógeno e actividade de fluxos migratórios, capacidade de atractividade populacional das zonas urbanas em contraste com a das rurais. Observámos, igualmente, as diferenças nas variações do número e dimensão das famílias, de alojamentos e de edifícios registadas entre 2001 e 2011.

Finalmente, partindo do pressuposto de que o incremento ou declínio populacional resultam do efeito combinado dos comportamentos de natalidade e mortalidade compensados pelos (des)equilíbrios entre imigração e emigração, identificámos zonas territoriais com comportamentos similares entre si, em termos de crescimento natural e migratório.

Palavras Chave: Dinâmicas populacionais, declínio demográfico, despovoamento, Portugal, Sul, Alentejo, Algarve.

South: How many are
we? Where do we live?

Abstract:

For the purpose of the analysis of demographics (dis) continuities revealed by the 2011 Census in Portugal, the whole country was subdivided into different regions according to demographic trends showed in recent decades: firstly, the regions with more specific population characteristics (Metropolitan Areas of Lisbon and Oporto and the Azores and Madeira Islands), secondly, the remaining territory separated between a North and Central Coastal versus a Northern and Central Interior, and in addition a South that encompasses the entire south of the Tagus area not covered by Lisbon Metropolitan Region.

This study took up the latter region. In the vast South, we evaluated the change or continuation of past trends, particularly with regard to population, depopulation, dynamism and activity of endogenous migration flows, ability attractiveness of urban population in contrast to rural. We observed also the differences in variations in the number and size of households, housing and buildings recorded between 2001 and 2011.

Finally, assuming that the growth or population decline resulting from the combined effect of birth patterns and mortality offset by (un) balance between immigration and emigration, we have identified areas with territorial behaviours similar to each other in terms of natural growth and migration.

Key words: Population dynamics, demographic decline, depopulation, Portugal, South, Alentejo, Algarve.

INTRODUÇÃO

A análise aqui efectuada é meramente descritiva e pretende demonstrar como, a partir dos primeiros resultados dos Censos 2011, divulgados pelo INE três meses após o início da operação censitária como resultados preliminares, se pode extrair um vasto conhecimento não apenas sobre a situação demográfica em 2011, como também em relação à evolução do crescimento ou declínio da população, sua distribuição no espaço, estimação de comportamentos diferenciados, em termos de balanço entre nascimentos e óbitos, e de divergentes ou convergentes fluxos migratórios. Permite-nos ainda, um primeiro olhar sobre as mudanças ao nível do número de famílias, alojamentos e edifícios contabilizados neste último censo, uma vez que conjuntamente com o levantamento populacional se procedeu em simultâneo ao recenseamento da habitação.

É também nosso objectivo fomentar o interesse dos portugueses para as possibilidades de análise com base em toda a informação que o enorme manancial de dados recolhidos nesta colossal operação estatística possibilita, e para as leituras sobre a demografia portuguesa que a partir deles se tornam possíveis, de modo a melhor conhecermos a nossa população.

O facto de admitirmos que quer a informação recolhida, quer a metodologia de contagem são reguladas por um rigoroso controlo de qualidade, permite-nos esperar que os resultados da nossa análise venham a ser muito próximos dos efectuados a partir dos dados definitivos. A margem de erro deverá ser diminuta pelo que admitimos a fiabilidade e acuidade das nossas conclusões face aos resultados definitivos que foram disponibilizados no final de 2012.

Obviamente, as variáveis que poderão revelar-se explicativas das tendências agora observadas serão analisadas mais tarde, após a divulgação dos dados provisórios e definitivos que incluem informação detalhada sobre determinadas características dos indivíduos residentes no País, tais como a idade, o estado civil, o grau de instrução, a condição perante o trabalho, a naturalidade, entre outras. Acrescem a estas, informações fundamentais sobre os núcleos familiares, as famílias e as habitações.

Assim, neste estudo, identificaremos a situação da população em 2011 de acordo com os dados disponíveis à data, ou seja, em termos de população residente e população presente, densidade populacional, número de famílias, alojamentos e edifícios; assinalaremos as continuidades ou descontinuidades demográficas num dado território, em função do crescimento efectivo verificado ao longo da última década, enquanto resultado do balanço entre os efeitos da natalidade, mortalidade e migrações líquidas; estudaremos, para além do declínio, o despovoamento e as tendências de concentração populacional; avaliaremos os movimentos populacionais, segundo as tipologias rural-urbano; finalmente, terminaremos com uma abordagem muito simples das mudanças visíveis em termos agregados no respeitante às famílias, alojamentos e edifícios.

A análise será realizada num primeiro momento ao nível da região em estudo, sendo em seguida detalhada a níveis mais desagregados, NUTSII, NUTSIII1 e município.

No pressuposto de que através de procedimentos estatísticos podemos classificar, por identificação das semelhanças e dissemelhanças, as nossas observações, organizando posteriormente essa informação em grupos relativamente homogéneos, explorámos a possibilidade de encontrar agrupamentos de municípios que se agreguem em função de diferentes características de crescimento demográfico e se tornem independentes entre si.

1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA EM 2011

a. População residente e população presente

Em 2011, a população residente em Portugal era, de acordo com os resultados preliminares dos censos, 10 555 853 habitantes, estando presentes no País, no momento censitário², apenas 10 476 291 indivíduos. Ou seja, 79 562 pessoas não estavam presentes aquando do recenseamento evidenciando assim uma diferença positiva entre a população residente e a população presente de aproximadamente 0,8%.

1 NUTS 2002

2 O momento censitário reportou-se às 0:00 horas do dia 20 de Março de 2011

A população portuguesa caracteriza-se por uma densidade populacional de 114 habitantes por km², constituindo 4 079 577 famílias, residindo em 5 879 845 alojamentos e ocupando 3 550 823 edifícios (ver Quadro 1).

Quadro 1

População residente, população presente, densidade populacional, famílias, alojamentos e edifícios no SUL, em 2011						
NUTS III	População residente	População presente	Densidade	Famílias	Alojamentos	Edifícios
Portugal	10 555 853	10 476 291	114	4 079 577	5 879 845	3 550 823
SUL	1 209 223	1 224 986	33	492 663	853 857	585 272
Alentejo	758 739	749 766	24	306 207	472 831	384 791
Alentejo Litoral	97 918	97 284	18	41 214	68 792	53 702
Alto Alentejo	118 858	117 245	19	48 076	81 974	68 420
Alentejo Central	167 528	166 833	23	67 997	99 280	80 315
Baixo Alentejo	126 602	125 292	15	50 999	85 018	75 111
Lezíria do Tejo	247 833	243 112	58	97 921	137 767	107 243
Algarve	450 484	475 220	90	186 456	381 026	200 481

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

A região que ao longo do estudo designamos por SUL é composta por duas grandes regiões, NUTS II, o Alentejo e o Algarve. Apenas a Região Alentejo se subdivide em NUTSIII, compreendendo 5 destas sub-regiões: Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo. No Algarve, o território abrangido pela NUTSIII coincide com o da NUTSII.

De acordo com os dados preliminares dos censos 2011, residiam a sul do país 1 209 223 habitantes, representando assim 11,5% da população nacional. A população presente à data do momento censitário era igual a 1 224 986 indivíduos. Contrariamente ao registado em Portugal, a população presente era superior à residente em 1,3%.

Em termos de NUTSII, no Alentejo, com uma população residente de 758 739 indivíduos, encontravam-se presentes apenas 749 766 habitantes, (uma diferença de - 8 973 habitantes). No Algarve residiam 450 484 habitantes e estavam presentes na região, à data dos censos, 475 220 indivíduos (+ 24 736).

A população residente no Alentejo, distribuía-se, por NUTSIII, entre o Alentejo Litoral, num total de 97 918 residentes, no Alto Alentejo, 118 858, no Alentejo Central, 167 528, no Baixo Alentejo, 126 602 e na Lezíria do Tejo, 247 833. Em todas as NUTSIII a população residente era superior à presente.

b. Densidade Populacional

O SUL ocupa uma área de 36601,71 km², o que corresponde a cerca de 40% (39,7) do território nacional e a 41,1% do território continental. Apesar de se estender por uma área tão vasta, esta região era bastante menos povoada, com uma densidade populacional de 33 habitantes por km² contrastando com a do País que, como referimos, atingia os 114 habitantes por km². Na região SUL a distribuição da população era ainda mais rarefeita no Alentejo, caracterizado por uma densidade de 24 hab/km², com valores que variavam entre 15 hab/km² no Baixo Alentejo e 58 hab/km² na Lezíria do Tejo.

Historicamente, toda a região Alentejo é fracamente povoada. Na verdade, em 2011, a densidade populacional no Baixo Alentejo era muito semelhante à registada no Alentejo Litoral, 18 hab/km², e do Alto Alentejo, 19 hab/km². Apenas o Alentejo Central apresentava uma densidade ligeiramente mais elevada e igual a 23 hab/km².

Porém, a região da Lezíria do Tejo, integrada na NUTSII Alentejo somente a partir de 2002, mostrou-se bastante diferente neste contexto, com uma densidade populacional alcançando mais do dobro em termos de número de habitantes por km² (58), sendo, igualmente, a região mais populosa de todo o Alentejo (247 833 habitantes).

Finalmente, registamos que, no que se refere ao SUL, a população encontrava-se claramente mais concentrada no Algarve, que apresentava, na mesma data, uma densidade de 90 hab/km².

c. Famílias, alojamentos e edifícios

O número de famílias na região em estudo era, em 2011, igual a 492 663, representando 12,1% do total nacional. Se quase meio milhão de famílias residiam no SUL, a sua repartição fazia-se entre aproximadamente 300 000 no Alentejo (62%) e cerca de 180 000 no Algarve (38%). Estas famílias distribuíam-se ainda, em função das diferentes NUTSIII, entre 41 214 no Alentejo Litoral (8,4%), 48 076 no Alto Alentejo (9,8%) e 50 999 no Baixo Alentejo (10,4%), ou seja, o número de famílias no Litoral, no Norte Alentejano e no Baixo Alentejo era muito similar; o Alentejo Central alojava um número superior de famílias, 67 997 famílias, representando 13,8%; e, na Lezíria do Tejo o número de famílias era ainda mais elevado, 97 921 correspondendo a 19,9% do total das famílias domiciliadas no SUL.

De acordo com o Quadro 1, em 2011, no SUL foram recenseados 853 857 alojamentos, 472 831 no Alentejo e 381 026 no Algarve.

Tendo sido recenseados em Portugal 3 550 823 edifícios, o SUL contava com 585 272 (cerca de 16,5%) distribuídos entre o Alentejo, 384 791 (10,8%) e o Algarve, 200 481 (5,7%).

No espaço do SUL, o Alentejo detinha em 2011, de acordo com os dados preliminares dos censos, 62% das famílias, 55% dos alojamentos e 66% dos edifícios; complementarmente, o Algarve detinha 38% das famílias, 45% dos alojamentos e 34% dos edifícios.

2 EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS – CRESCIMENTO VERSUS DECLÍNIO

2. 1. Evolução do crescimento da população residente entre 1991-2001-2011

No virar do século, entre os momentos censitários dos Censos 1991 e dos Censos 2001, que englobam a última década do século XX e a primeira do século XXI, o Alentejo reduziu a sua população em 23 592 residentes (tendo diminuído 5 746, entre os Censos 1991 e os Censos 2001, e 17 846, entre os Censos 2001 e os Censos 2011).

Conforme podemos constatar através dos dados do Quadro 2, com exceção da Lezíria do Tejo todas as restantes NUTSIII alentejanas perderam população, porém, de forma distinta, não apenas entre si, mas também entre ambas as décadas.

O Alto Alentejo perdeu 7 581 residentes no período intercensitário 1991-2001, a que corresponde a primeira das décadas em análise, e 8 168 no segundo período intercensitário 2001-2011, a que corresponde a segunda das décadas em análise. O Baixo Alentejo também diminuiu a sua população em ambos os períodos intercensitários, 7 915 e 8 503 residentes, respectivamente.

O Alentejo Litoral que tinha aumentado 1 457 residentes entre 1991 e 2001, diminuiu na primeira década do século XXI, 2 058 residentes.

Do mesmo modo, o Alentejo Central que tinha aumentado 430 residentes, diminuiu 6 118 entre os Censos de 2001 e os Censos de 2011.

A Lezíria do Tejo foi a única região do Alentejo que aumentou em ambas as décadas – 7 863 e 7 001, respectivamente – tendo aumentado um pouco mais na primeira.

O Algarve também aumentou nas duas primeiras décadas, 53 814 na primeira e 55 266 na segunda década.

Quadro 2

Crescimento da população residente entre 1991, 2001 e 2011			
	População residente em 2001 (HM)	1991-2001	2001-2011
Alentejo	758 739	-5 746	-17 846
Alentejo Litoral	97 918	1 457	-2 058
Alto Alentejo	118 858	-7 581	-8 168
Alentejo Central	167 528	430	-6 118
Baixo Alentejo	126 602	-7 915	-8 503
Lezíria do Tejo	247 833	7 863	7 001
Algarve	450 484	53 814	55 266
SUL	1 209 223	48 068	37 420

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; *Elaboração própria*

Da conjugação da evolução demográfica observada no Alentejo e no Algarve, o SUL teve um acréscimo na sua população residente superior na última década do Séc. XX (+ 48 068) ao da primeira do Séc. XXI (+ 37 420).

2. 2. Que (des)continuidades no SUL? - Variação da população residente entre 2001-2011

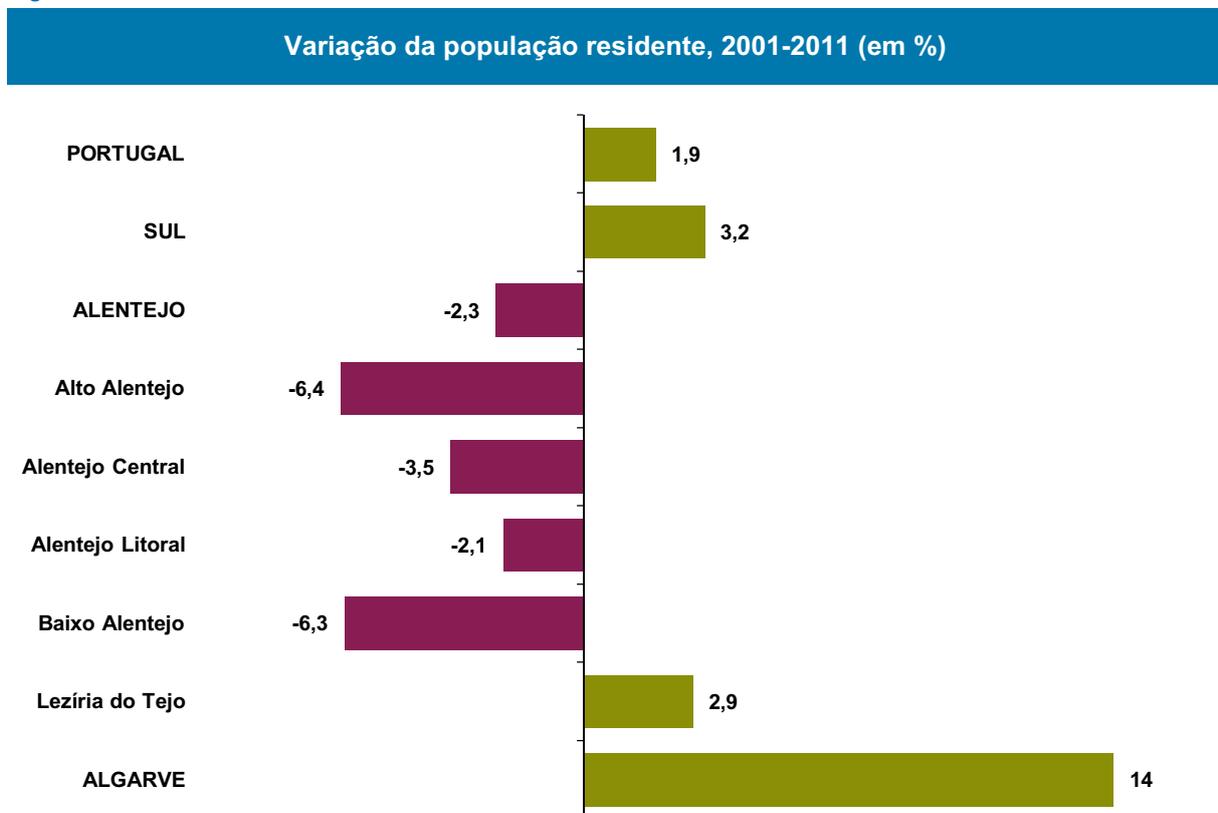
a. Taxa de crescimento efectivo entre 2001-2011

Em termos de variação percentual, entre os dois últimos recenseamentos, o Alentejo perdeu aproximadamente -2,3% da sua população residente. Não tendo a população variado de forma idêntica em todas as NUTSIII ao longo do período, assinalamos que: se o Alentejo Litoral perdeu cerca de -2,1% e o Alentejo Central -3,5%, já o Baixo e o Alto Alentejo perderam cerca de 6,3% e 6,4%, respectivamente. Inversamente, a Lezíria do Tejo aumentou a sua população em cerca de 2,9%.

O Algarve também aumentou a sua população em cerca de 14%.

A população residente em Portugal aumentou 1,9%. No SUL a população residente registou um acréscimo mais acentuado (3,2%) resultado de um aumento de 14% registado no Algarve e de um decréscimo de -2,3% no Alentejo, tal como anteriormente analisado (ver Figura 1).

Figura 1



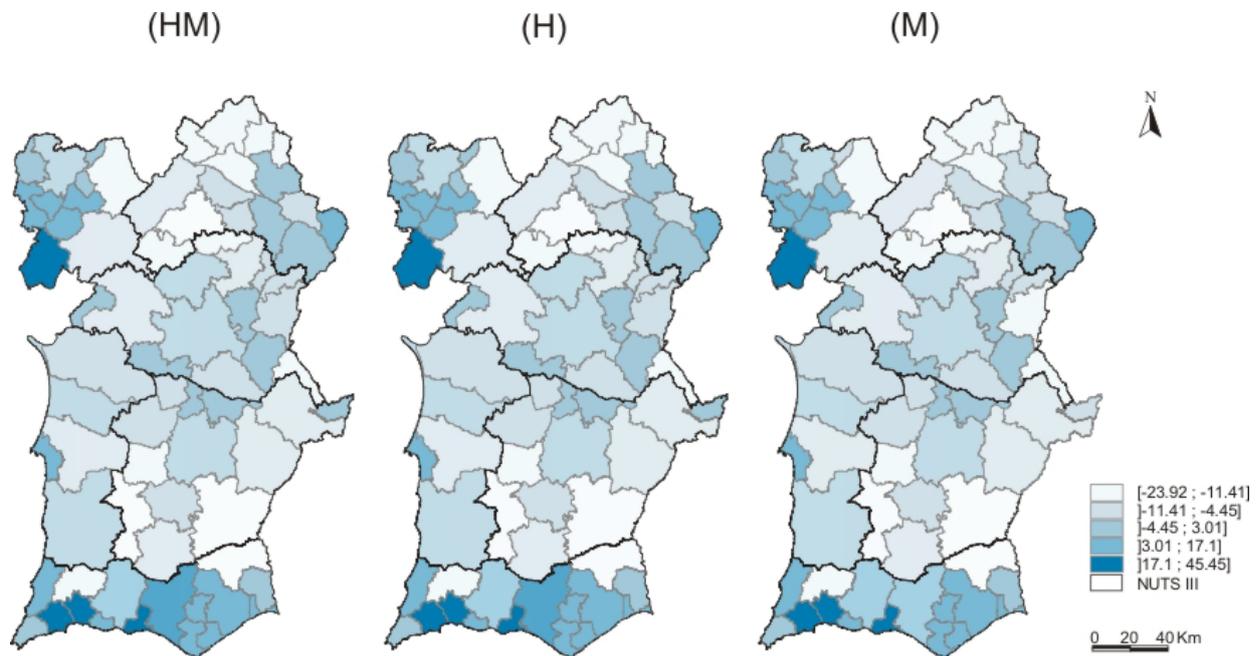
Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Mas, torna-se igualmente relevante perceber como é que esta tendência de crescimento ou declínio, assinalada ao longo da última década, se comportou a uma escala mais desagregada.

A Figura 2, mostra com clareza, ao nível de município, a evolução da taxa de crescimento efectivo verificado em todo o SUL, no período compreendido entre os dois recenseamentos; mostra ainda as diferenças encontradas entre a população masculina (H) e a feminina (M).

Figura 2

Taxa de crescimento efectivo, no SUL, entre 2001 e 2011



Fonte Dados preliminares dos Censos 2011, INE; elaboração INE

Os 10 municípios que no SUL mais cresceram em valor absoluto foram Loulé (11 080), Portimão (11 000), Albufeira (9 114), Benavente (6 131), Faro (5 916), Lagos (5 357), Olhão (4 575), Silves (3 257), Lagoa (2 379) e Salvaterra de Magos (1 892). Destes municípios, 8 pertencem ao Algarve e 2 à Lezíria do Tejo (ver Quadro 3).

Quadro 3

Crescimento efectivo da população residente, entre 2001 e 2011, (os 10 municípios que mais cresceram)

Municípios	Crescimento efectivo (N.º)
Loulé	11080
Portimão	11000
Albufeira	9114
Benavente	6131
Faro	5916
Lagos	5357
Olhão	4575
Silves	3257
Lagoa	2379
Salvaterra de Magos	1892

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Os 10 municípios que mais população perderam, também em termos absolutos, foram Ponte de Sôr (1 449), Mértola (1 423), Moura (1 404), Santarém (1 401), Coruche (1 401), Santiago do Cacém (1 385), Chamusca (1 368), Estremoz (1 344), Aljustrel (1 333) e Alcácer do Sal (1 307), como detalhado no Quadro 4.

Quadro 4

Crescimento efectivo da população residente, entre 2001 e 2011, (os 10 municípios que mais população perderam)

Municípios	Crescimento efectivo (Nº.)
Ponte de Sôr	-1 449
Mértola	-1 423
Moura	-1 404
Santarém	-1 401
Coruche	-1 401
Santiago do Cacém	-1 385
Chamusca	-1 368
Estremoz	-1 344
Aljustrel	-1 333
Alcácer do Sal	-1 307

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Pelo contrário, os 10 municípios cuja população mais diminuiu foram os municípios de Alcoutim (-23,2%), Mourão (-17,5%), Mértola (-16,3%), Gavião (-15,2%), Nisa (-14,4%), Mora (-13,5%), Monchique (-13,4%), Ourique (-13,1%), Crato (-12,9%) e Castelo de Vide (-12,8%), como mostra o Quadro 6.

Quadro 6

Taxa de crescimento efectivo da população residente, entre 2001 e 2011, (%) (os 10 municípios que mais população perderam)

Municípios	Taxa
Alcoutim	-23,21
Mourão	-17,46
Mértola	-16,33
Gavião	-15,18
Nisa	-14,39
Mora	-13,46
Monchique	-13,44
Ourique	-13,1
Crato	-12,93
Castelo de Vide	-12,81

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Todavia, em termos da taxa de crescimento efectivo entre 2001 e 2011, os 10 municípios que mais cresceram foram Albufeira (28,9%), Benavente (26,4%), Portimão (24,5%), Lagos (21,1%), Loulé (18,7%), Lagoa (11,5%), Aljezur (11,3%), Olhão (11,2%), Faro (10,2%) e Silves (9,6%), conforme Quadro 5.

Quadro 5

Taxa de crescimento efectivo da população residente, entre 2001 e 2011, (%) (os 10 municípios que mais cresceram)

Municípios	Taxa
Albufeira	28,89
Benavente	26,36
Portimão	24,54
Lagos	21,09
Loulé	18,73
Lagoa	11,52
Aljezur	11,27
Olhão	11,21
Faro	10,19
Silves	9,63

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Em resumo, na década de 2001-2011, Loulé, Portimão e Albufeira contribuíram com 56,4% para o ganho populacional da região do Algarve, conjuntamente com Faro, Lagos e Olhão representam com 85,1%.

Quanto ao Alentejo, os municípios de Benavente, Salvaterra de Magos e Almeirim contribuem com 53,1% para os ganhos de residentes na região.

No entanto, os municípios de Ponte de Sor, Mértola, Moura e Santiago do Cacém são, por si, responsáveis por 31,7% do declínio populacional da região; se a estes 4 municípios juntarmos os de Coruche, Chamusca e Santarém, já atingiremos 55,1% das perdas; finalmente, acrescentando Aljustrel, Estremoz, Alcácer do Sal, Nisa e Montemor-o-Novo, identificamos o conjunto de 12 municípios que contribuem para 90,1% da diminuição da população alentejana, entre os dois últimos recenseamentos.

b. Taxas de crescimento natural e migratório entre 2001-2011

O crescimento efectivo resulta da conjugação do saldo natural (diferença entre nascimentos e óbitos) e do saldo migratório (diferença entre imigrantes e emigrantes).

Portugal aumentou a sua população entre 2001 e 2011 em 199 736 indivíduos, 17 527 provenientes de um saldo natural positivo e 182 209 resultantes do crescimento migratório.

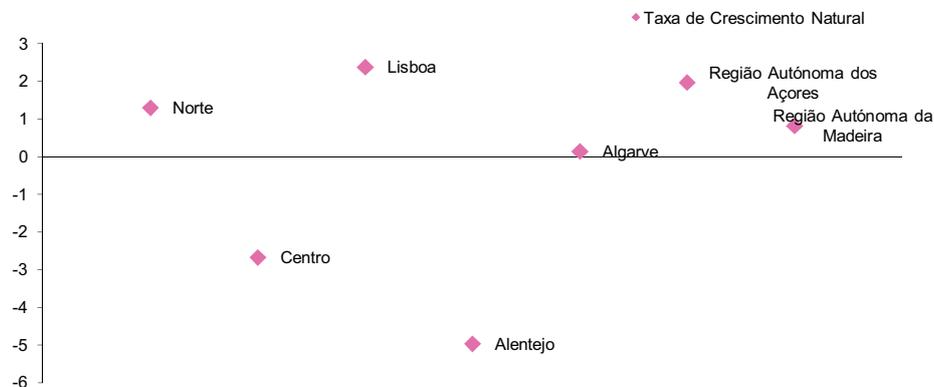
As regiões Norte (48 062), Lisboa (63 402) e Algarve (584) apresentaram um saldo natural positivo contrariamente às regiões do Centro (- 62 625) e Alentejo (- 38 511).

Também as Regiões Autónomas dos Açores (4 783) e da Madeira (2 023) apresentaram saldos positivos.

Em termos das taxas de crescimento natural (relacionadas com a população inicial, de 2001) os valores observados durante a última década mostraram que, no contexto nacional, a região Alentejo foi a que mais perdeu população (por via do saldo natural) e que o Algarve registou um valor ligeiramente positivo (ver Figura 3).

Figura 3

As regiões do SUL no conjunto das NUTSII, em função das taxas de crescimento natural observadas entre 2001 e 2011



Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Em relação ao movimento migratório, apenas o Norte e a Região Autónoma dos Açores apresentaram um saldo negativo. Por outro lado, o Algarve e a Região Autónoma da Madeira registaram os saldos migratórios mais elevados (ver Figura 4).

Figura 4

As regiões do SUL no conjunto das NUTSII, em função das taxas de crescimento migratório observadas entre 2001 e 2011

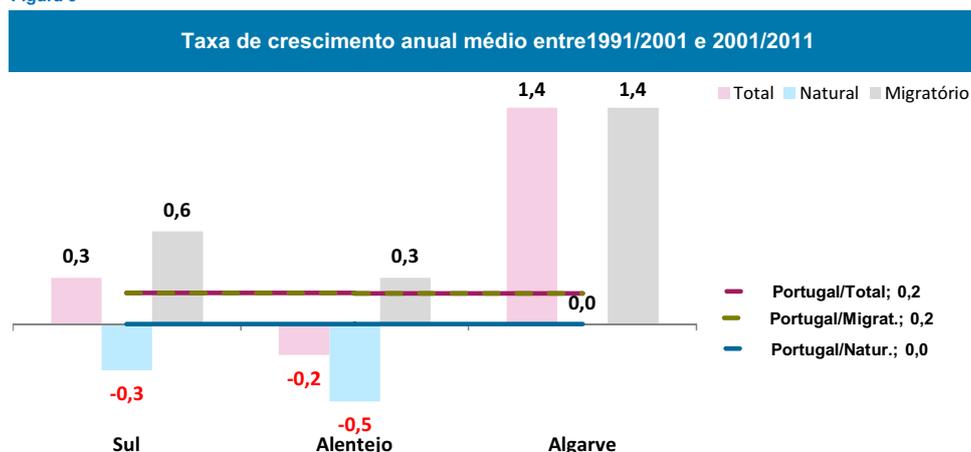


Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Em termos de taxas de crescimento migratório, o Alentejo teve um saldo migratório superior ao Centro mas inferior a Lisboa.

Portugal registou uma taxa de crescimento anual médio igual a 0,2%, quase da inteira responsabilidade do crescimento migratório (ver Figura 5).

Figura 5



Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

No SUL, a taxa de crescimento anual médio foi mais elevada atingindo 0,3% no período entre os censos. Todavia, este crescimento ficou a dever-se exclusivamente ao crescimento migratório que se verificou na região, de cerca de 0,6%, já que, e em contraste, o crescimento natural foi negativo com um valor de -0,3%.

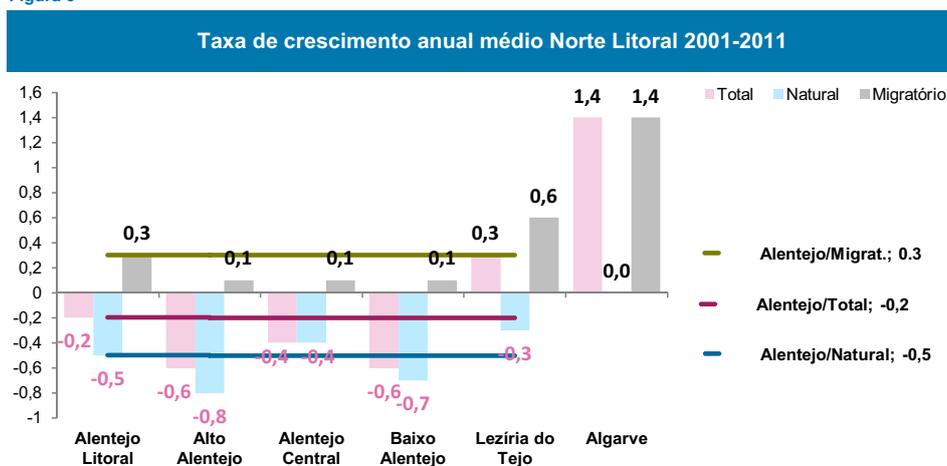
O Alentejo observou uma taxa de crescimento anual média negativa (-0,2%) devido exclusivamente ao seu crescimento natural negativo (-0,5%), dado que o crescimento migratório observado foi positivo (0,3%).

O Algarve apresentou a maior taxa de crescimento anual médio de todas as regiões em análise (1,4%) da responsabilidade quase total do crescimento migratório.

A Figura 6 mostra-nos em detalhe o comportamento das taxas de crescimento anual médio ao nível de NUTSIII. Em todas as sub-regiões, a taxa de crescimento migratória foi sempre positiva, com particular relevância para os casos do Alentejo Litoral e da Lezíria do Tejo. Porém, em todas as sub-regiões, as taxas de crescimento natural foram negativas, com maior incidência no Alto e no Baixo Alentejo.

Com exceção para o caso da Lezíria do Tejo, todo o restante Alentejo registou taxas de crescimento total, em média, por ano, negativas, variando entre -0,2% no Alentejo Litoral e -0,6% no Alto e no Baixo Alentejo.

Figura 6



Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Em resumo, o SUL perdeu, devido ao movimento natural da população, 37 927 residentes, e ganhou, através do saldo migratório, 75 347, o que se traduziu num valor líquido de + 37 420 habitantes (ver Quadro 7).

Quadro 7

Evolução Demográfica no SUL, entre 2001 e 2011 (HM)

Região	Crescimento efectivo	Saldo natural	Saldo migratório
SUL	37 420	-37 927	75 347
ALENTEJO*	-24 847	-31 785	6 938
LEZÍRIA	7 001	-6 726	13 727
ALGARVE	55 266	584	54 682

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

* Alentejo sem a Lezíria do Tejo

O Alentejo sem a Lezíria perdeu 31 785 habitantes devido ao saldo natural negativo e compensou ligeiramente com um fluxo migratório positivo (+ 6 938), perdendo no total 24 847 residentes.

A Lezíria, por seu lado, apesar de perder 6 726 residentes pelo movimento natural, ganhou 13 727 pelo saldo migratório, donde resultou um ganho líquido de + 7 001 indivíduos.

O Algarve ganhou apenas 584 indivíduos através do saldo natural e acresceu 54 682 residentes pelo movimento migratório, originando um crescimento efectivo de 55 266 residentes.

Analisando as diferenças entre homens e mulheres podemos constatar que, embora a tendência geral seja idêntica, um saldo natural negativo e um crescimento efectivo garantido através do saldo migratório, no território a SUL, Alentejo, Lezíria e Algarve, existem algumas diferenças expressivas, no respeitante ao comportamento entre sexos (ver Quadros 8 e 9).

Quadro 8

Evolução Demográfica no SUL, entre 2001 e 2011 (Homens)

Região	Crescimento efectivo	Saldo natural	Saldo migratório
SUL	12 868	-21 612	34 480
ALENTEJO*	-14 294	-17 103	2 809
LEZÍRIA	2 704	-3 461	6 165
ALGARVE	24 458	-1 048	25 506

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

* Alentejo sem a Lezíria do Tejo

No caso dos homens, o saldo natural foi negativo em todas as regiões em análise, SUL (- 21 612), Alentejo (- 17 103), Lezíria (- 3 461) e Algarve (- 1 048). No que respeita ao saldo migratório a situação inverte-se e, para todas as regiões o saldo migratório foi positivo, com valores bastante significativos no SUL (+ 34 480) impulsionado pelo saldo observado na região algarvia (+ 25 506).

O saldo migratório registado no Alentejo (+ 2 809) foi nitidamente insuficiente para compensar o saldo natural extremamente negativo observado na última década (- 17 103).

No caso do sexo feminino, no Algarve, todos os tipos de crescimento foram positivos: natural (1 632), migratório (29 176) e, obviamente, efectivo (30 808).

Quadro 9

Evolução Demográfica no SUL, entre 2001 e 2011 (Mulheres)

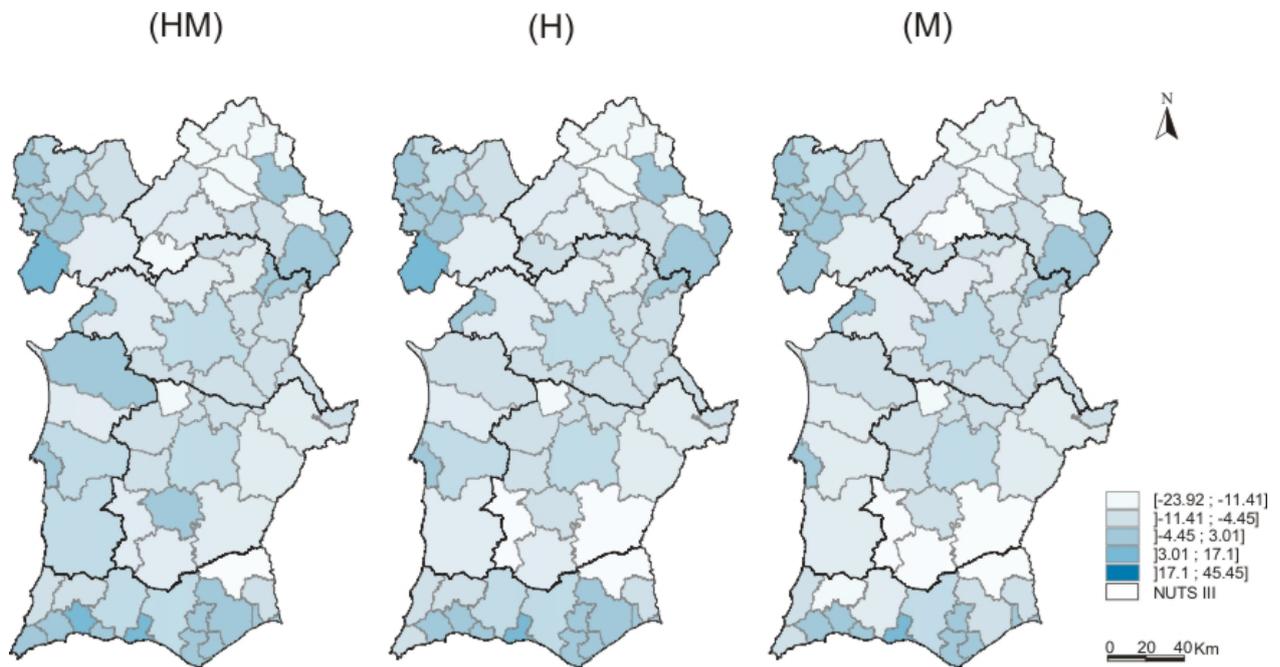
Região	Crescimento efectivo	Saldo natural	Saldo migratório
SUL	24 552	-16 315	40 867
ALENTEJO*	-10 553	-14 682	4 129
LEZÍRIA	4 297	-3 265	7 562
ALGARVE	30 808	1 632	29 176

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

* Alentejo sem a Lezíria do Tejo

Figura 8

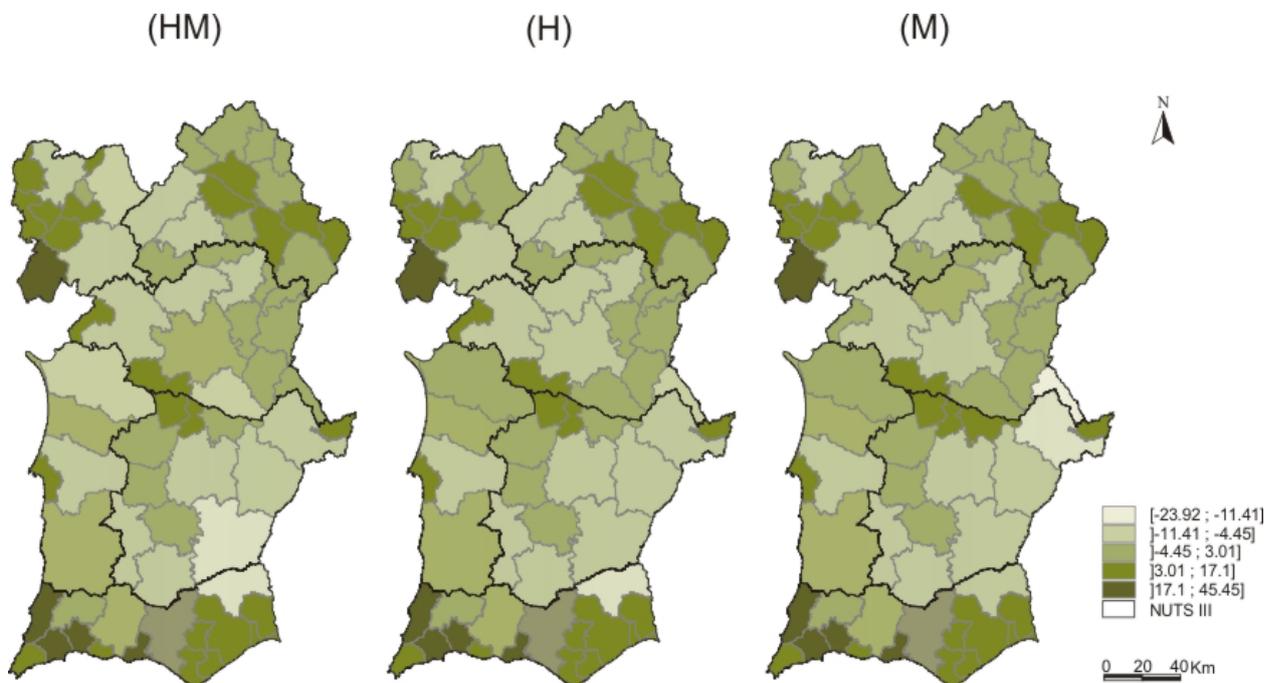
Taxa de crescimento natural, no SUL, entre 2001 e 2011



Fonte Dados preliminares dos Censos 2011, INE; elaboração INE

Figura 9

Taxa de crescimento migratório, no SUL, entre 2001 e 2011



Fonte Dados preliminares dos Censos 2011, INE; elaboração INE

Em síntese, no respeitante às continuidades e descontinuidades demográficas do SUL, com base no crescimento efectivo, natural e migratório observado entre 2001 e 2011 ao nível municipal, constatámos que:

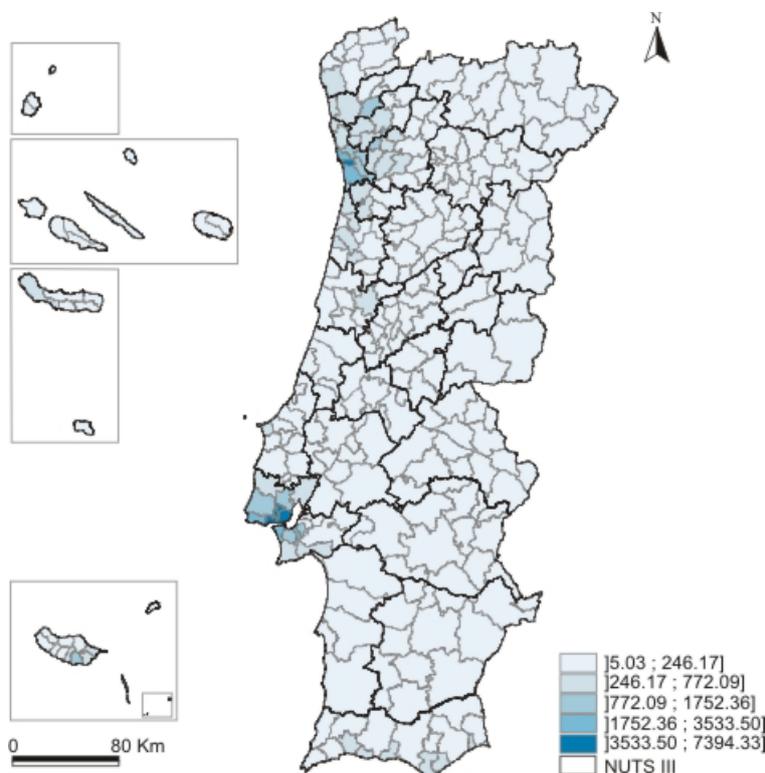
1. No Alentejo, em 58 municípios apenas 11 registaram em 2011, face a 2001, um crescimento na sua população residente: Sines (683), Campo Maior (406), Évora (554), Vendas Novas (218) e Viana do Alentejo (131); e, pertencentes à Lezíria do Tejo: Azambuja (939), Almeirim (1 446), Benavente (6 131), Cartaxo (1 185), Rio Maior (121) e Salvaterra de Magos (1 892).
2. Ainda em relação aos 58 municípios que compõem a região do Alentejo, apenas um município, Benavente, registou um saldo natural positivo;
3. Em todo o SUL somente 8 municípios registaram um saldo natural positivo;
4. Entre os 19 municípios que no SUL observaram um saldo migratório negativo apenas um município, Chamusca, pertence à Lezíria do Tejo e dois municípios ao Algarve, Alcoutim e Monchique.
5. No Algarve, 14 dos 16 municípios apresentaram um crescimento efectivo positivo: Albufeira (9 114), Aljezur (596), Castro Marim (126), Faro (5 916), Lagoa (2 379), Lagos (5 357), Loulé (11 080), Olhão (4 575), Portimão (11 000), São Brás de Alportel (661), Silves (3 257), Tavira (1 574) e Vila Real de Santo António (1 517).

3. Regiões do SUL: (Des) Povoamento entre 1991, 2001 e 2011

Em termos nacionais o SUL é, no geral, uma das regiões mais despovoadas do País, como podemos comprovar pelo cartograma abaixo onde se encontra representada a densidade populacional de todos os municípios de Portugal (ver Figura 10).

Figura 10

Densidade Populacional em Portugal em 2011



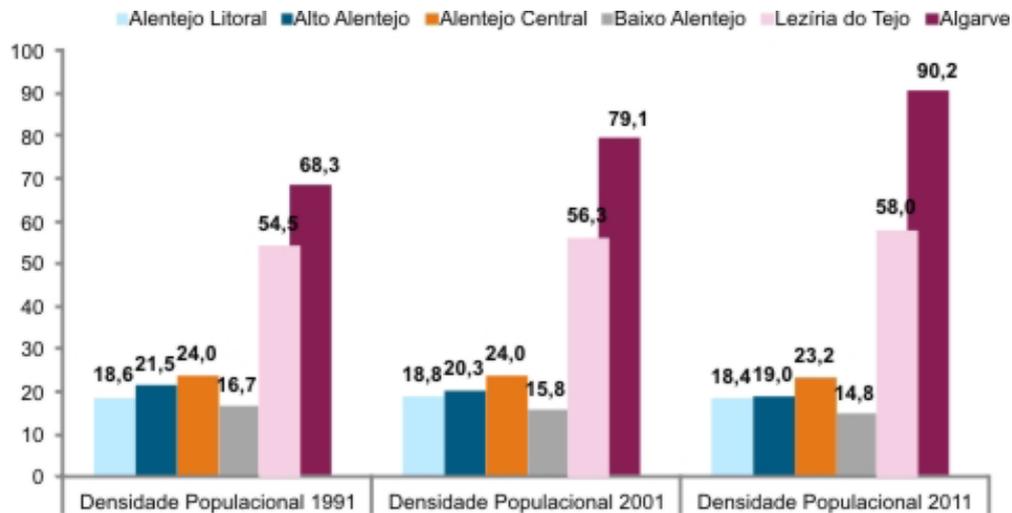
Fonte Dados preliminares dos Censos 2011, INE; elaboração INE

A Figura 11 mostra-nos a evolução da densidade populacional de acordo com os três últimos recenseamentos.

Com excepção da Lezíria do Tejo e do Algarve o despovoamento aumenta de intensidade no período compreendido entre 1991, 2001 e 2011.

Figura 11

(Des) Povoamento nas regiões do SUL, 1991-2001-2011



Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Enquanto na região do Algarve, a densidade populacional aumentou consideravelmente em ambas as décadas, todas as NUTSIII do Alentejo diminuíram de densidade populacional, com excepção da Lezíria do Tejo que também registou um aumento embora ligeiro.

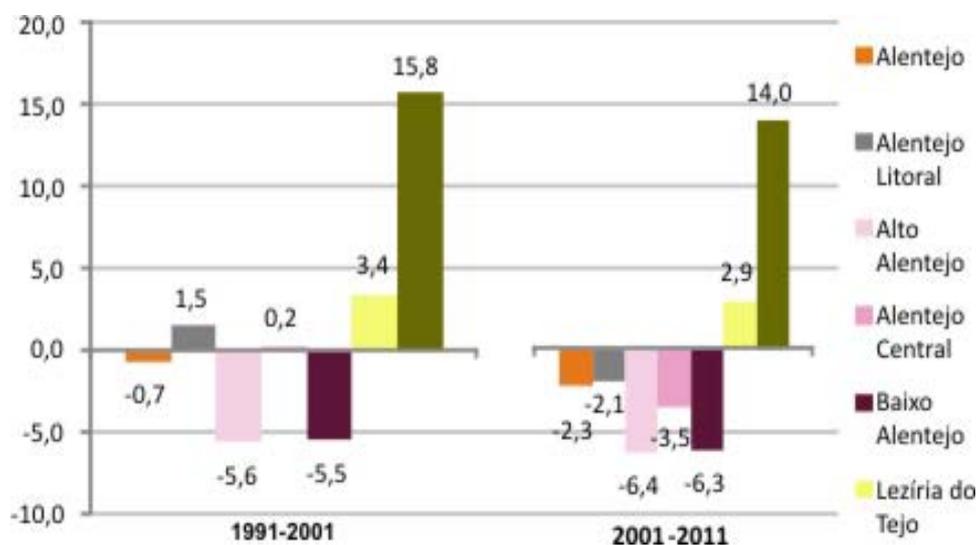
No entanto, os acréscimos na densidade populacional do Algarve (15,8%) e na Lezíria (3,4%), foram superiores na década de 90. Pelo contrário, o despovoamento das restantes NUTSIII do Alentejo foi superior na década de 2001-2011. O Alentejo Litoral e o Central, inverteram um ligeiro aumento da densidade registado na década de 90 (1,5% e 0,2%, respectivamente) e diminuíram a sua densidade populacional (-2,3% e -3,5%). As regiões que mais perderam na última década foram o Alto e o Baixo Alentejo (-6,4% e -6,3%) confirmando as perdas já registadas na década de 90 (-5,6% e -5,5%).

Na primeira década do Séc. XXI o despovoamento estendeu-se a todo o Alentejo.

A Figura 12, mostra a variação da densidade populacional, naqueles períodos, por NUTSIII.

Figura 12

Variação da densidade populacional no SUL, por NUTS III, nos períodos de 1991-2001 e 2001-2011



Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

De acordo com o Quadro 10, em 2011, os 10 municípios com uma mais elevada densidade populacional estão maioritariamente localizados no Algarve, pertencendo 3 à Lezíria do Tejo.

Por oposição, de acordo com o Quadro 11, os municípios com menor densidade populacional encontram-se no Alentejo (Alto, Baixo e Litoral). No entanto, um município localizado no Algarve, Alcoutim, é o que apresentou entre todos a menor densidade populacional (5 hab/km²).

Quadro 10

Densidade populacional no SUL, nos 10 municípios com maior densidade, em 2011

Município	Habitantes/Km ²
Olhão	317,9
Vila Real de Santo António	316,9
Faro	305,6
Portimão	289,0
Albufeira	261,0
Lagoa	144,4
Cartaxo	111,0
Lagos	105,4
Santarém	91,9
Almeirim	90,4

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Quadro 11

Densidade populacional no SUL, nos 10 municípios com menor densidade, em 2011

Município	Habitantes/Km ²
Alcoutim	5,0
Mértola	5,6
Avis	7,6
Monforte	8,0
Ourique	8,1
Alcácer do Sal	8,7
Crato	9,5
Alvito	9,5
Mourão	9,6
Almodôvar	9,6

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

4. Evolução rural/urbano

Em 2009, o Conselho Superior de Estatística procedeu à revisão da tipologia de áreas urbanas anteriormente aprovadas, tendo sido proposta uma metodologia que permite distinguir no território nacional unidades homogéneas que reflectam, através de critérios objectivos, diferentes graus de urbanização do território para diferentes escalas territoriais. O INE definiu uma tipologia das áreas urbanas (versão de 2009), tipificando as freguesias de todo o país entre freguesias predominantemente urbanas³, mediamente urbanas⁴ e predominantemente rurais⁵.

Na última década, o conjunto das freguesias predominantemente e mediamente urbanas passou a representar um valor superior a 3/4 da população total residente no SUL, enquanto o número de habitantes das freguesias predominantemente rurais regrediu.

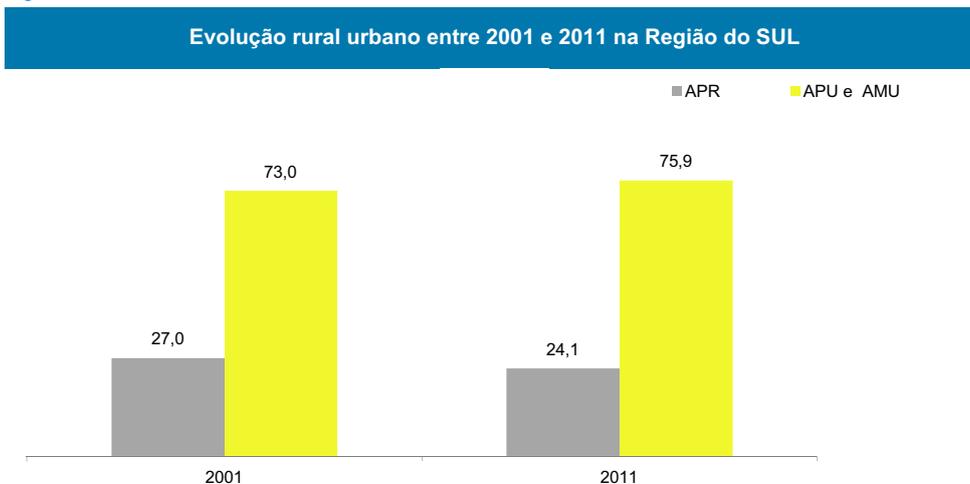
No SUL, as freguesias predominantemente rurais que representavam 27% em 2001 passaram a 24,1% em 2011; inversamente, as urbanas passaram de 73% a 75,9% (Figura 16).

Se, por um lado, a dimensão urbana é motivada pela proporção de residentes em meio urbano no Algarve e na Lezíria do Tejo, o maior contributo percentual para o aumento de residentes no espaço urbano (cerca de 4%) ficou a dever-se, sobretudo, à variação observada nos habitantes daquelas áreas registada no Alentejo (3,3%).

No Algarve, a população residente nas áreas predominantemente urbanas cresceu de 84,1% para 86% enquanto a rural diminuiu de 15,9% para 14% (Figura 17).

Em relação à Lezíria do Tejo, a proporção da população rural também se elevou de 72,9 para 75,3 com a complementar contracção da população rural de 27,1 para 24,7 (Figura 18).

Figura 13



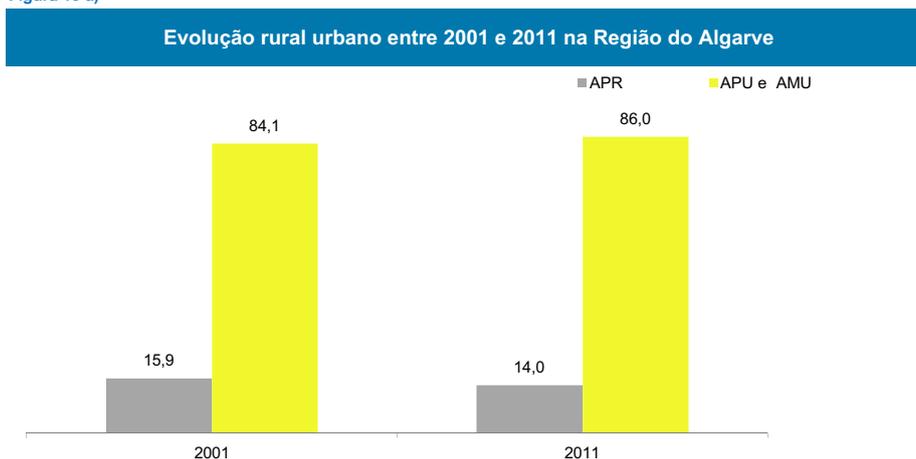
Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

3 Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior a 5.000 habitantes; 3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

4 Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semiurbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 3) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes; 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

5 Freguesias não classificadas como "Área Predominantemente Urbana" nem "Área Mediamente Urbana".

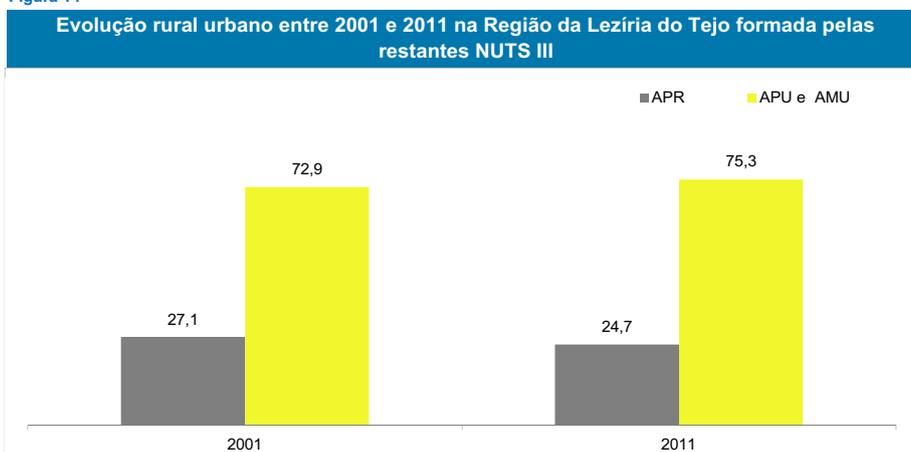
Figura 13 a)



Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

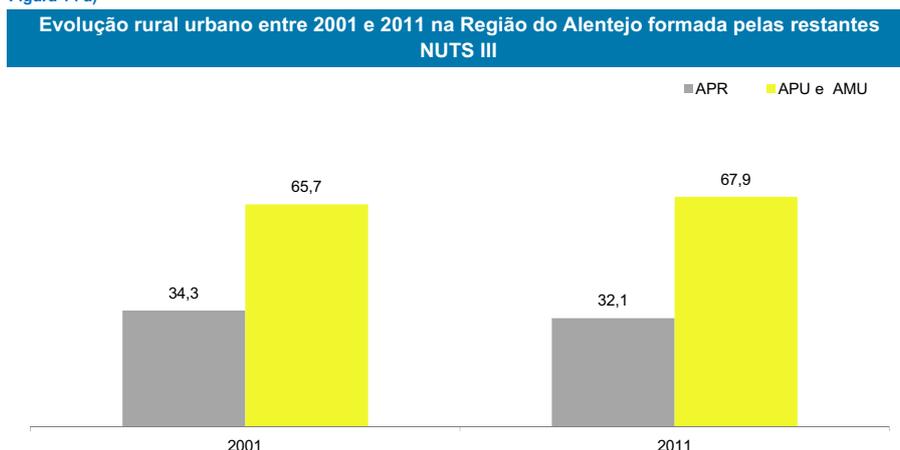
No caso do Alentejo (sem inclusão da Lezíria) o aumento da proporção de urbanos foi de 65,7% para 67,9% enquanto a proporção de rurais diminuiu de 34,3 para 32,1 (Figura 19)

Figura 14



Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Figura 14 a)



Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

O Alentejo, excluindo a Lezíria, continua a ser a região com maior proporção de residentes em espaço rural, dado que cerca de 1/3 ainda continua a residir em freguesias consideradas predominantemente rurais.

As regiões urbanas e as rurais estão cada vez mais interligadas formando um único sistema. As mudanças verificadas num destes tipos de regiões também afectam as outras. Para Schaeffer, Kahsai, and Jackson⁶ “isto é particularmente verdadeiro no caso do processo de urbanização que resultou numa massiva reestruturação económica rural e urbana e no realinhamento geográfico das fronteiras entre o rural e o urbano. Até meados do século XX o rural podia considerar-se o oposto do urbano, mas no processo de urbanização as estruturas económico-sociais das regiões rurais e urbanas tornaram-se similares. Contudo, as percepções e atitudes sobrevivem por vezes por muito tempo após as condições que lhes deram forma terem sido alteradas.”

No caso das regiões em análise podemos verificar que, apesar de uma tendência para as freguesias predominantemente e mediamente urbanas tenderem a aumentar o número de residentes e as predominantemente rurais a perderem, isso nem sempre aconteceu.

De acordo com o Quadro 12, no SUL, as freguesias predominantemente rurais, perderam, no seu conjunto, (-) 24 248 residentes, as freguesias mediamente urbanas registaram um saldo praticamente nulo, cerca de (+) 160 residentes, e as freguesias predominantemente urbanas ganharam (+) 61 508 residentes. De notar que o Alentejo apresentou valores bastante elevados em termos de êxodo rural, tendo perdido

Quadro 12

Crescimento da população residente nas zonas urbanas e nas rurais, no SUL, no Alentejo e no Algarve, entre 2001 e 2011

2001-2011	Sul	Alentejo	Algarve
APR (-)	-33 539	-30 169	-3 370
APR (+)	9 291	5 938	3 353
AMU (-)	-10 196	-9 624	-0 572
AMU (+)	10 356	3 972	6 384
APU (-)	-12 034	-10 121	-1 913
APU (+)	73 542	22 158	51 384
TOTAL	37 420	-17 846	55 266

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

* Alentejo sem a Lezíria do Tejo

população residente nas freguesias predominantemente rurais e mediamente urbanas (39 793 habitantes deixaram de residir nestas áreas, enquanto mudaram residência para as mesmas áreas, apenas, 9 910). Se adicionarmos o número de residentes que abandonaram as áreas predominantemente urbanas, concluímos que, no Alentejo, o número de residentes perdidos em todas as freguesias que diminuíram a sua população foi igual a -49 914.

Também no Alentejo, as áreas predominantemente urbanas atraíram novos residentes, em número superior àquele que perderam, aumentando por isso a sua população residente em (+) 12 037 indivíduos. De notar, todavia, que abandonou as zonas predominantemente urbanas quase 50% do efectivo que as mesmas conseguiu atrair.

Em oposição, o Algarve mostrou uma capacidade de atracção muito maior, em particular, nas freguesias predominantemente urbanas (registando um saldo de + 49 471 residentes) e mediamente urbanas (com um saldo de + 5 812). A diferença entre a população perdida e ganha pelas freguesias rurais, no seu conjunto, foi quase nula (igual a -17 habitantes).

Em relação ao Alentejo podemos sintetizar as diferenças entre as diferentes NUTSIII através da análise do Quadro 14.

Quadro 13

Crescimento da população residente nas zonas urbanas e nas rurais, no SUL, no Alentejo e no Algarve, entre 2001 e 2011						
2001-2011	Alentejo	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Baixo Alentejo	Lezíria do Tejo
APR (-)	-30 169	-3 854	-7 450	-6 398	-7 297	-5 170
APR (+)	5 938	3 601	71	867	108	1 291
AMU (-)	-9 624	-3 434	-1 835	-1 022	-1 584	-1 749
AMU (+)	3 972	823	175	23	388	2 563
APU (-)	-10 121	-572	-1 471	-4 071	-2 053	-1 954
APU (+)	22 158	1 378	2 342	4 483	1 935	12 020
TOTAL	-17 846	-2 058	-8 168	-6 118	-8 503	7 001

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

A desertificação das zonas rurais do Alentejo é clara em todas as regiões, com particular evidência para as regiões do Alto (- 7 379) e do Baixo Alentejo (- 7 189). O Alentejo Central também conseguiu atrair apenas 14% relativamente ao total da sua perda populacional rural (- 6 398). O Alentejo Litoral é a única região onde se observou um balanço quase equilibrado (- 253) entre o crescimento no número de residentes das freguesias que ganharam população e o défice daquelas que perderam. A mobilidade para as zonas mediamente urbanas revelou-se extremamente reduzida, com excepção para a Lezíria do Tejo (+ 2 563). Estas áreas diminuíram consideravelmente a sua população residente, nomeadamente, no Alentejo Litoral (- 2 611), no Alto (- 1 660), no Baixo Alentejo (- 1 196) e, também, no Alentejo Central (- 999).

Verificámos ainda que apenas a região do Baixo Alentejo perdeu, em termos de saldo, mais população residente nas freguesias predominantemente urbanas (as freguesias que ganharam residentes, aumentaram 1 935 residentes e as que perderam, viram sair 2 053 habitantes).

Em todas as outras regiões, as freguesias predominantemente urbanas, ganhadoras durante a última década, perderam, em média, 46% do número de residentes que ganharam, de acordo com a seguinte distribuição: 42% no Alentejo Litoral; 106% no Baixo Alentejo; 63% no Alto Alentejo; 91% no Alentejo Central; e, 16% na Lezíria do Tejo.

Da variação descrita nos pontos anteriores, respeitante à mobilidade da população entre áreas predominantemente rurais, mediamente urbanas e predominantemente urbanas, entre 2001 e 2011, todas as NUTSIII do Alentejo, excluindo a Lezíria, registaram um crescimento negativo, evidenciando uma redução na capacidade de atracção da população. Todavia, esta fraca atractividade manifesta algum dinamismo, embora fraco, nas áreas predominantemente urbanas.

5. Evolução do número de famílias, alojamentos e edifícios

A dimensão média das famílias, ou seja, o número de indivíduos que, em média, constitui uma família, era em Portugal igual a 2,59. No SUL, a composição das famílias era ligeiramente menor (2,45), registando o Algarve um valor de 2,42 e o Alentejo 2,48 (ver Quadro 14).

Em todo o SUL, notamos que as famílias tinham uma menor dimensão no Alentejo Litoral (2,38) e no Algarve, tendo a Lezíria do Tejo apresentado uma dimensão ligeiramente superior e igual a 2,53.

Enquadrando estes valores no contexto nacional, constatou-se que a dimensão média da família sofreu uma redução próxima de 25%, entre 200 e 2011, passando de 2,83 para 2,59 residentes por família. No Alentejo e no Algarve a dimensão média da família já era menor em 2001 do que no País (ver Quadro 15).

De todas as regiões, o Alentejo foi aquela que diminuiu menos a dimensão média da família (-17,4%); a redução no Algarve foi de -23%; as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores foram aquelas que mais diminuíram o número de residentes por família

(-44,7% e -38,4%, respectivamente). A Madeira em 2001 era caracterizada por uma dimensão familiar média de 3,32 indivíduos tendo passado para 2,88 em 2011; os Açores passaram de 3,36 para 2,98.

Em 2001, o Algarve, o Alentejo (ambos com 2,65) e Lisboa com 2,64 pessoas por família, eram as regiões que tinham uma menor dimensão média da família.

Dez anos mais tarde, em 2011, o Algarve (2,42) e Lisboa (2,44), em conjunto com o Alentejo (2,48), continuavam a ter uma dimensão familiar média mais baixa.

Quadro 14

Número de famílias e dimensão média das famílias no SUL, em 2011			
	População residente	Famílias	Dimensão média das famílias
Portugal	10 555 853	4 079 577	2,59
SUL	1 209 223	492 663	2,45
Alentejo	758 739	306 207	2,48
Alentejo Litoral	97 918	41 214	2,38
Alto Alentejo	118 858	48 076	2,47
Alentejo Central	167 528	67 997	2,46
Baixo Alentejo	126 602	50 999	2,48
Lezíria do Tejo	247 833	97 921	2,53
Algarve	450 484	186 456	2,42

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

Quadro 15

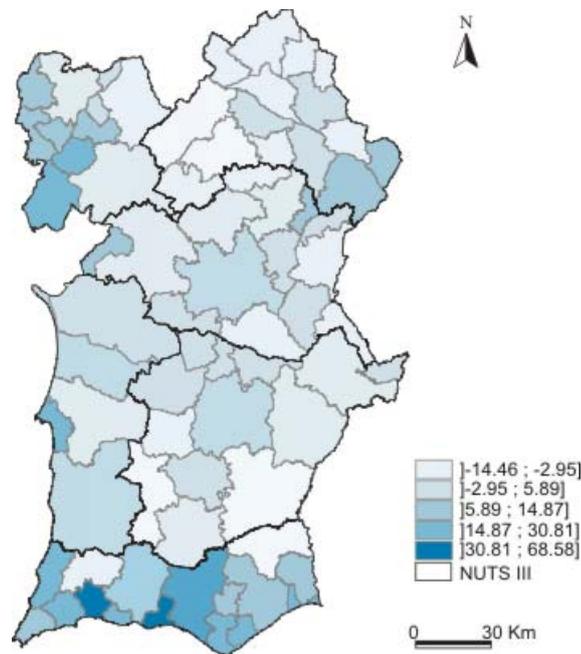
Número de famílias e dimensão média das famílias em Portugal, NUTS II, em 2011					
	Número de famílias 2001	Número de famílias 2011	Dimensão média das famílias 2001	Dimensão média das famílias 2011	Varição da imensão média 2001-11 (%)
Portugal	3 654 633	4 079 577	2,83	2,59	-25
Norte	1 211 590	1 341 445	3,04	2,75	-29
Centro	848 286	914 716	2,77	2,54	-22
Lisboa	1 006 810	1 154 904	2,64	2,44	-21
Alentejo	292 898	306 207	2,65	2,48	-17
Algarve	149 369	186 456	2,65	2,42	-23
Região Autónoma dos Açores	71 963	82 703	3,36	2,98	-38
Região Autónoma da Madeira	73 717	93 146	3,32	2,88	-45

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

A variação do número de famílias entre 2001 e 2011, de acordo com a Figura 20, mostra uma maior concentração das famílias no litoral da Região SUL, no Algarve (particularmente, nos municípios de Loulé, Faro, Portimão, Olhão, Albufeira, Silves) e nos restantes municípios capitais de distrito, como Santarém, Évora e Beja.

Figura 15

Varição do nº de famílias entre 2001 e 2011

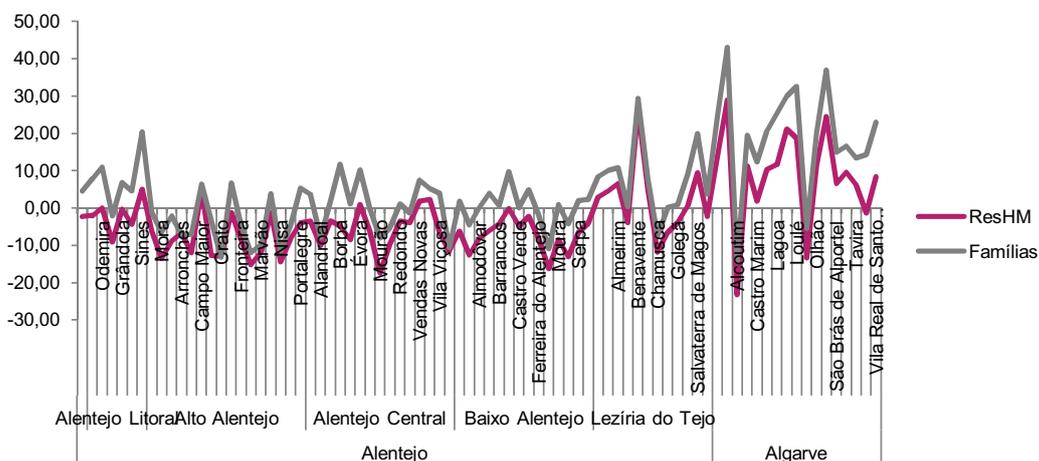


Fonte Dados preliminares dos Censos 2011, INE; elaboração INE

A figura 19 evidencia a variação da população residente em contraste com a do número de famílias, no SUL. Enquanto a população residente aumentou entre 2001 e 2011, +3,19%, o número de famílias registou um acréscimo de 11,39%, cabendo ao Alentejo um aumento de 4,5% (em oposição a uma diminuição da população residente de -2,3%) e ao Algarve de 24,8% (contra um aumento de apenas 14,0% da população residente). No caso particular do Alentejo Litoral, observou-se um considerável acréscimo do número de famílias, +7,7% (tendo reduzido -2,1% na sua população residente); no Alto Alentejo, o número de famílias diminuiu cerca de -1,2% (enquanto a população diminuía -6,4%); no caso do Alentejo Central, o acréscimo foi aproximadamente de +3,7%, tendo a população residente registado um decréscimo igual a -3,5%; no Baixo Alentejo, o aumento no número de famílias foi de cerca de +1,8%, enquanto os residentes diminuíram cerca de -6,3%; finalmente, na Lezíria do Tejo as famílias cresceram em número cerca de +8,4% e os residentes cerca de +2,9%.

Figura 16

Evolução da variação, no SUL, por municípios, entre 2001 e 2011, da população residente (HM) e do número de famílias



Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

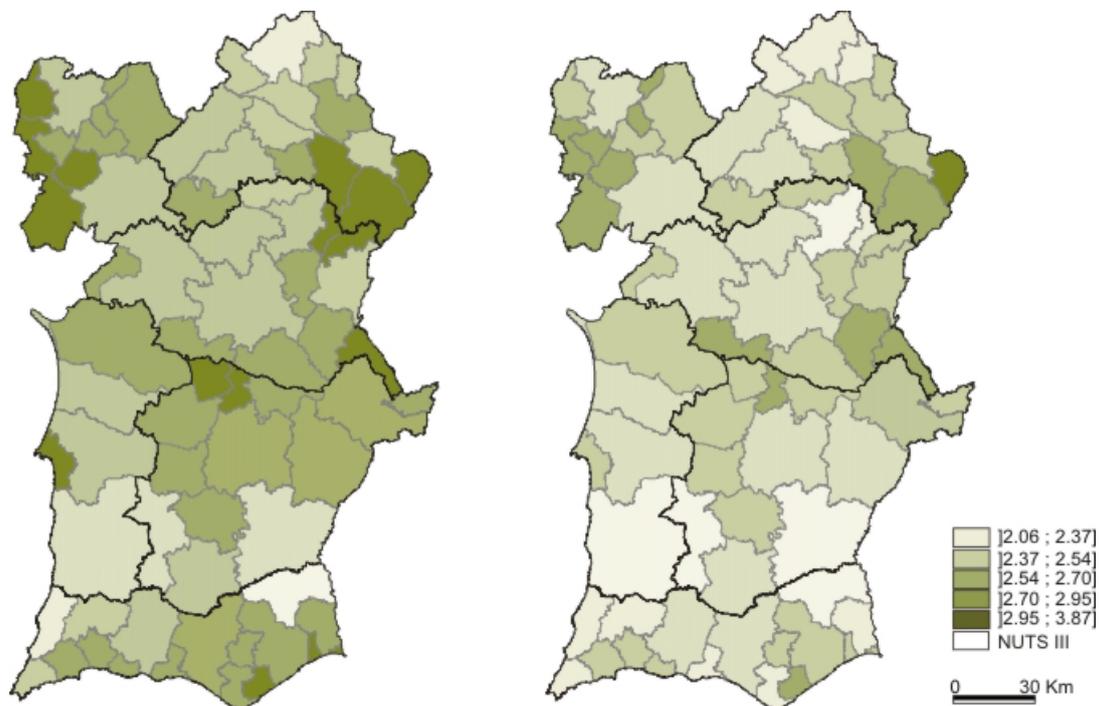
As maiores variações do número de famílias concentraram-se no Algarve (Albufeira, 43,0%, Portimão, 36,9%, Loulé, 32,6%, Lagos, 30,0%, Lagoa, 25,4%, Vila Real de Santo António, 22,9%, Faro, 20,5%, Olhão, 20,0% e Aljezur, 19,5%), destacando-se ainda Benavente (29,4%) e Salvaterra de Magos (20,0%), na Lezíria do Tejo, e Sines (20,4%), no Alentejo Litoral.

As maiores flutuações no sentido da diminuição do número de famílias verificaram-se nos municípios de Alcoutim no Algarve (-14,5%), Crato (-13,2%), Gavião (-12,1%), Nisa (-11,5%), Sousel (-10,7%), Marvão (-9,7%), todos localizados no Alto Alentejo e, ainda, em Mértola (-10,9%), no Baixo Alentejo.

A Figura 20, mostra-nos ainda que, na generalidade, a variação do número de famílias acompanha em termos de sentido o aumento de residentes. De notar que o aumento de famílias é sempre superior ao aumento da população residente. Nas situações em que ambos os indicadores declinam a redução da população residente é sempre superior à das famílias (por exemplo, em Alcoutim, Gavião, Nisa, Mértola, Sousel, Marvão, Mourão, Alandroal, Chamusca, Avis, Mora, Monchique, Portel, Fronteira e Aljustrel). Crato e Arronches são dois municípios do Alto Alentejo que contrariam esta tendência generalizada, dado que em ambos o decréscimo das famílias foi ligeiramente superior ao dos residentes.

Figura 17

Evolução da dimensão média das famílias no SUL, por municípios, 2001



Fonte Dados preliminares dos Censos 2011, INE; elaboração INE

É notória a diminuição na dimensão média das famílias em todo o SUL na última década.

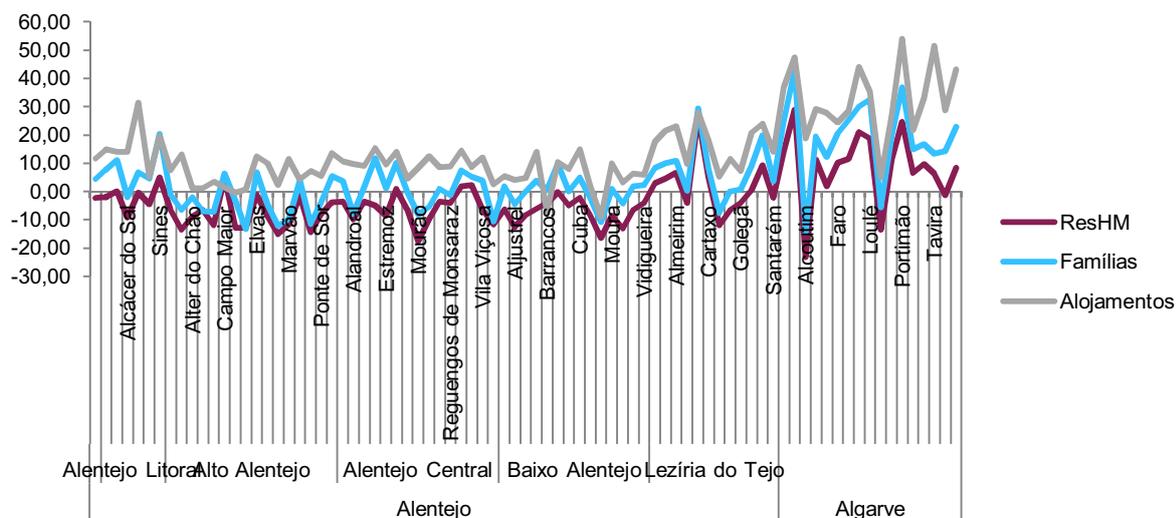
Relativamente ao nº de alojamentos, a Figura 23 mostra a evolução da variação entre 2001 e 2011

Como podemos comprovar, em todos os municípios se verificou uma variação positiva no número de alojamentos no período intercensitário, com excepção para os municípios de Mértola (-9,1%) e Barrancos (-7,3%) no Baixo Alentejo e Castelo de Vide (-0,3%) no Alto Alentejo.

Pelo contrário, os municípios algarvios de Portimão (54%), Tavira (51,5%), Albufeira (47,5%), Lagos (44%), Vila Real de Santo António (43,2%), Loulé (35,2%) e Silves (33%) e de Grândola (31,5%) no Alentejo Litoral, tiveram aumentos muito significativos.

Figura 18

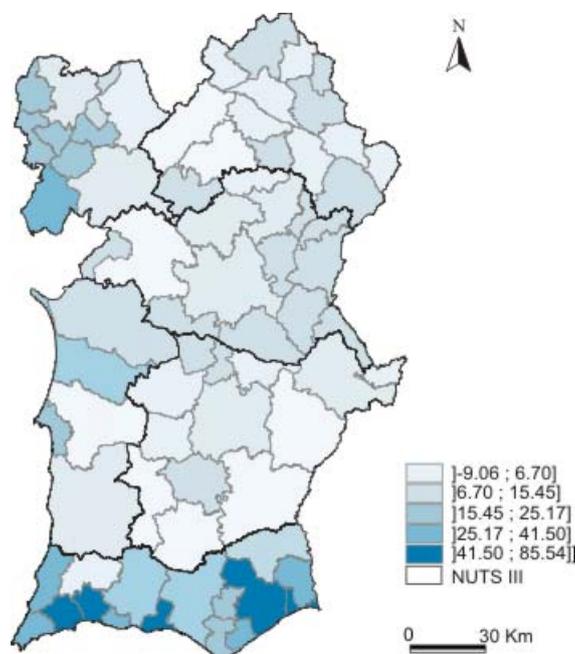
Evolução da variação no SUL, por municípios, entre 2001 e 2011, da população residente (HM), do nº de famílias, do nº de alojamentos recenseados



A Figura 22, mostra a variação sofrida pelo número de alojamentos, entre 2001 e 2011, em todos os municípios do SUL.

Figura 19

Variação no nº de alojamentos, no SUL, entre 2001 e 2011



Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; elaboração INE

Em função do número de famílias recenseado na mesma data, constatámos que o número de alojamentos por família era igual a 1,73 enquanto que a média nacional rondava os 1,44. No Algarve esse valor elevava-se para 2,04 e no Alentejo reduzia-se para 1,54.

O número de alojamentos por família aumentou, no período compreendido entre os dois últimos censos, cerca de 4,2% em Portugal (tendo passado de 1,38 para 1,44). No Algarve o aumento foi de 9,6% (1,86 para 2,04) e de 6,7% no Alentejo (1,45 para 1,54), conforme pode ser observado no Quadro 16.

Quadro 16

Número de alojamentos e média por família, em Portugal, NUTSII, em 2011					
	Número de alojamentos 2001	Número de alojamentos 2011	Média de alojamentos por família 2001	Média de alojamentos por família 2011	Varição da média 2001-11 (%)
Portugal	5 054 922	5 879 845	1,38	1,44	4,20
Norte	1 613 781	1 849 181	1,33	1,38	3,50
Centro	1 254 701	1 450 268	1,48	1,59	7,20
Lisboa	1 295 832	1 486 927	1,29	1,29	0,03
Alentejo	423 641	472 831	1,45	1,54	6,80
Algarve	278 418	381 026	1,86	2,04	9,60
Região Autónoma dos Açores	93 308	110 038	1,30	1,33	2,60
Região Autónoma da Madeira	95 241	129 574	1,29	1,39	7,70

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

No espaço do SUL, o Alentejo detinha em 2011, de acordo com os dados preliminares dos censos, 62% das famílias, 55% dos alojamentos e 66% dos edifícios; complementarmente, o Algarve detinha 38% das famílias, 45% dos alojamentos e 34% dos edifícios.

O número de alojamentos por edifício era, em 2011, igual a 1,66 em Portugal, 1,90 no Algarve, 1,23 no Alentejo e 1,46 no SUL.

Entre 2001 e 2011, este indicador aumentou em todas as regiões do país (NUTSII). Em Portugal aumentou 3,5% (1,60 para 1,66), no Algarve 9,6% (1,73 para 1,90) e no Alentejo 1,5% (1,21 para 1,23), de acordo com o Quadro 17.

Quadro 17

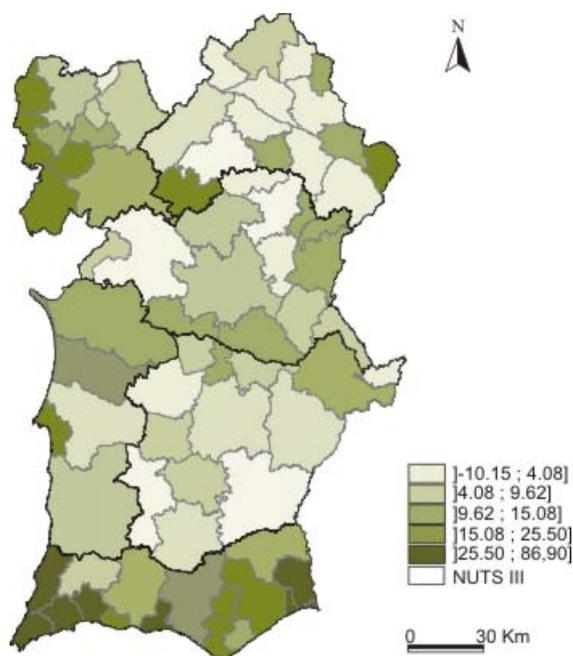
Número de edifícios e média de alojamentos por edifício, em Portugal, NUTSII, em 2011					
	Número de edifícios 2001	Número de edifícios 2011	Média de alojamentos por edifício 2001	Média de alojamentos por edifício 2011	Varição da média 2001-11 (%)
Portugal	3 160 043	3 550 823	1,60	1,66	3,5
Norte	1 100 329	1 210 720	1,47	1,53	4,1
Centro	992 321	1 113 420	1,26	1,30	3,0
Lisboa	394 520	450 574	3,28	3,30	0,5
Alentejo	349 946	384 791	1,21	1,23	1,5
Algarve	160 543	200 481	1,73	1,90	9,6
Região Autónoma dos Açores	87 585	98 850	1,07	1,11	4,5
Região Autónoma da Madeira	74 799	91 987	1,27	1,41	10,6

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

No SUL, o número de alojamentos é largamente superior ao número de famílias. O SUL possuía 492 663 famílias que residiam em 853 857 alojamentos; o Alentejo possuía 306 207 famílias residindo em 472 831 alojamentos e o Algarve possuía 186 456 famílias em 381 086 alojamentos.

Figura 20

Varição no nº de edifícios, no SUL, entre 2001 e 2011



Fonte Dados preliminares dos Censos 2011, INE; elaboração INE

6. Análise de Clusters

Utilizámos a Análise de Clusters, considerando como variáveis de partida as duas variáveis principais: taxa de crescimento natural (TCN) e taxa de crescimento migratório (TCM), que retratam os dois tipos de crescimento que estão na base do crescimento efectivo da população. Esta metodologia, apesar de exploratória, permite elaborar hipóteses cujos resultados serão posteriormente validados por aplicação de outros métodos estatísticos.

O objectivo deste exercício foi identificar regiões homogéneas quanto a comportamentos demográficos, de crescimento ou declínio, no espaço de todo o SUL. De acordo com os resultados da análise, a melhor opção mostrou-se a partição em 2 grupos, sendo o primeiro grupo (designado por Cluster 1) constituído por 55 municípios e o segundo (designado por Cluster 2) por 19.

O Cluster 1 distingue-se por apresentar valores das TCN extremamente baixos o que evidencia um significativo défice de nascimentos face ao número de óbitos ocorridos no período em análise (valor mínimo igual a -18,49% e máximo igual a -1,04%); relativamente às TCM, mostra uma fraca capacidade de atracção ou mesmo perda populacional por efeito das migrações, com uma taxa mínima de -10,22% e uma máxima de 9,97%.

Pelo contrário, o Cluster 2 é formado pelos municípios que se revelaram mais dinâmicos em função dos indicadores seleccionados, registando uma variação da relação entre os nascimentos e óbitos mais favorável (mínimo de -7,58% e máximo de 6,38%) e um saldo migratório bastante positivo (mínimo igual a 6,70% e máximo 22,88%) (ver Quadro 18).

Como é possível visualizar através da Figura 24, fazem parte do Cluster 2, os municípios alentejanos de Sines e Campo Maior; os municípios da Lezíria do Tejo de Azambuja, Almeirim, Benavente, Cartaxo e Salvaterra de Magos; e os algarvios de Albufeira, Aljezur, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila Real de Santo António.

Quadro 18

Resultados da Análise de Clusters ⁽¹⁾ , considerando as variáveis taxa de crescimento natural (TCN) e taxa de crescimento migratório (TCM), opção 2 clusters			
		Cluster 1	Cluster 2
Taxa de crescimento natural (TCN)	Total de municípios	55	19
	Média	-8,09	-0,71
	Mínimo	-18,49	-7,58
	Máximo	-1,04	6,38
Taxa de crescimento migratório(TCM)	Total de municípios	55	19
	Média	1,09	12,83
	Mínimo	-10,22	6,7
	Máximo	9,97	22,88

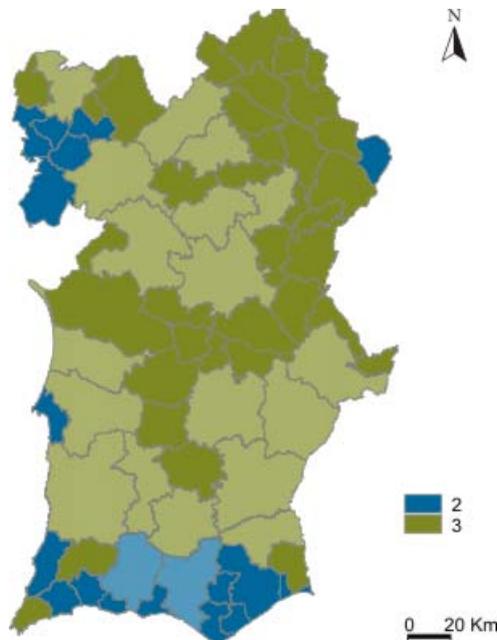
Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

⁽¹⁾ Utilização de métodos hierárquicos com optimização da solução com o k-means

Em termos de dinâmica demográfica em todo o Algarve somente os municípios de Alcoutim, Castro Marim, Monchique e Vila do Bispo são mais deprimidos quer em termos de saldo natural, quer migratório, daí não integrarem o Cluster 2.

Figura 21

Agrupamento de municípios, homogêneos, em função da conjugação de dois indicadores de dinâmica demográfica, taxas de crescimento natural e migratório (opção 2 clusters)



Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria/INE

Também no que respeita à Lezíria do Tejo, apenas os municípios de Alpiarça, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior e Santarém se posicionam no cluster menos dinâmico, o Cluster 1.

Contrariamente, todo o Alentejo com excepção apenas para dois municípios, Sines e Campo Maior, se agrupa, de modo similar em torno de baixas taxas de crescimento natural e migratório, compondo o Cluster 1.

A enorme mancha perdedora em termos populacionais, no período entre os dois últimos censos realizados em Portugal, apesar de não surpreender não pode deixar de nos fazer reflectir sobre o futuro demográfico desta extensa área do País.

Parece não restar dúvida de que o SUL acolhe duas realidades demográficas: uma vasta região em declínio onde se morre em muito maior número de que se nasce, de onde se parte à procura de uma vida melhor, sendo igualmente muito pouco atractiva para os não naturais; uma outra, de menor extensão territorial, mas onde o saldo natural ainda é positivo, o número de entradas de novos residentes é muito superior ao de saídas, revelando-se uma região demograficamente activa e em pleno crescimento.

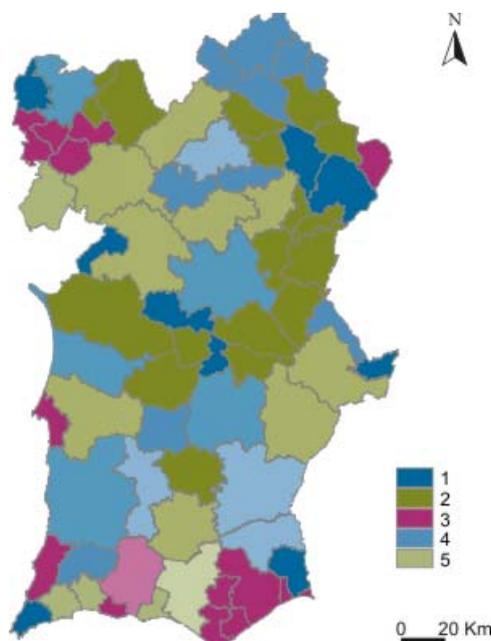
Olhando para o conjunto constitutivo de ambas, rapidamente concluímos que a quase totalidade dos municípios algarvios e toda a área da Lezíria do Tejo mais próxima do litoral, isto é, da região de Lisboa e do Oeste, formam uma mancha territorial caracterizada por uma realidade completamente distinta de todo o Alentejo ao qual podemos associar os municípios do interior do Algarve e da Lezíria do Tejo.

Notoriamente, estes dois conjuntos de municípios possuem características comuns que os tornam homogéneos e independentes um do outro. No entanto, levantou-se uma interrogação relativamente à possibilidade de distinguirmos neste espaço vastíssimo alguns comportamentos semelhantes entre si que permitam uma visão mais detalhada no interior destes dois grupos quase opostos em termos de crescimento demográfico.

Elaboraram-se novos cálculos, Usando a mesma metodologia, mas com uma opção de um maior número de clusters, analisámos como melhor opção a partição em 5 clusters (ver Figura 25).

Figura 22

Agrupamento de municípios, homogéneos, em função da conjugação de dois indicadores de dinâmica demográfica, taxas de crescimento natural e migratório (opção 5 clusters)



Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria/INE

Na sequência desta nova análise, podemos diferenciar na região demograficamente mais activa, dois subgrupos, e, na mais deprimida, três (ver Quadro 19).

Começando por analisar a vasta região em declínio é possível distinguir um primeiro conjunto, cluster 1, com crescimento natural negativo (média de -5,0%) mas com migrações líquidas positivas (média +4,6%). Compõem este cluster os municípios de Odemira, Grândola, Elvas, Monforte, Évora, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Barrancos, Beja, Cuba, Rio Maior, Santarém, Castro Marim e Vila do Bispo. A maioria das capitais de distrito (com excepção de Portalegre e Faro) pertence a este grupo.

O Cluster 2, regista uma reduzida capacidade atractiva em termos de TCM's (média de +0,7%), mas o declínio da natalidade e a redução da mortalidade implicam TCN's muito gravosas (média -7,3%). Incluem-se neste cluster 27 dos 74 municípios: Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Alter do Chão, Arronches, Fronteira, Ponte de Sor, Portalegre, Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Montemor-o-Novo, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vila Viçosa, Almodôvar, Alvitto, Castro Verde, Ferreira do Alentejo, Moura, Serpa, Vidigueira, Alpiarça, Chamusca, Coruche, Golegã.

O Cluster 4 constitui o mais deprimido de todo o SUL, agrupando as TCN's mais baixas de todas (média -12,8%) e as únicas TCM's negativas de todo o conjunto (média de -1,6%). Este cluster agrupa os municípios de Mora, Avis, Castelo de Vide, Crato, Gavião, Marvão, Nisa, Mourão, Sousel, Aljustrel, Mértola, Ourique, Alcoutim e Monchique.

Finalmente, a região de maior crescimento acolhe dois subgrupos que permitem alguma distinção, os clusters 3 e 5.

O cluster, designado por Cluster 3, caracteriza-se por TCM's elevadas (com uma média de +9,9%), mas com TCN's muito baixas ou, em alguns casos, até mesmo negativas (média de -2,0%). Fazem parte deste conjunto de municípios, Sines, Campo Maior, Azambuja, Almeirim, Cartaxo, Salvaterra de Magos, Aljezur, Faro, Lagoa, Olha, São Brás de Alportel, Silves, Tavira e Vila Real de Santo António.

Finalmente, um outro, denominado Cluster 5, regista as mais elevadas TCN's (média +3,0%) e TCM's (média +21,0%). Fazem parte deste último grupo os municípios de Benavente, Albufeira, Lagos, Loulé e Portimão.

Quadro 19

Resultados da Análise de Clusters, considerando as variáveis taxa de crescimento natural (TCN) e taxa de crescimento migratório (TCM), opção 5 clusters						
		Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4	Cluster 5
Taxa de crescimento natural (TCN)	Total de municípios	14	27	14	14	5
	Média	-4,96	-7,3	-2,03	-12,75	2,96
	Mínimo	-8,99	-16,11	-7,58	-18,49	0,91
	Máximo	-1,04	-3,85	2,22	-7,24	6,38
Taxa de crescimento migratório (TCM)	Total de municípios	14	27	14	14	5
	Média	4,58	0,66	9,92	-1,56	20,96
	Mínimo	0,72	-4,44	6,7	-10,22	17,82
	Máximo	9,09	9,97	18,85	3,4	22,88

Fonte: Dados preliminares dos Censos 2011, INE; Elaboração própria

(1) Utilização de métodos hierárquicos com optimização da solução com o k-means

NOTAS FINAIS

A Região do País que designámos por SUL não se comportou demograficamente de modo homogéneo ao longo da última década. Pelo contrário, engloba duas NUTSII, Alentejo e Algarve, com características demográficas distintas, em termos de crescimento populacional, despovoamento, densidade e tendência migratória.

No entanto, estas duas NUTS com competências demográficas distintas entre si, acolhem no seu interior municípios que em termos populacionais se poderiam classificar de fronteira, aproximando-se comportamentalmente dos seus vizinhos pertencentes à outra NUTS.

De um modo geral, o Algarve cresceu a um ritmo acelerado, entre 2001 e 2011, sendo a região que, em todo o País, registou uma taxa de crescimento anual médio mais elevada, enquanto que o Alentejo continuou a exibir uma população em declínio, apresentando mesmo a maior diminuição de todas as regiões portuguesas naquele período. O SUL concentrou assim, o crescimento máximo e o cúmulo do declínio.

Deste contexto resulta uma região descrita por valores médios aos quais, pelo anteriormente exposto, reconhecemos pouco significado.

O Algarve teve, globalmente, um comportamento demográfico completamente distinto do Alentejo. Todavia, uma análise a uma escala mais desagregada, por exemplo, ao nível de município, permite identificar claramente que alguns municípios localizados nas regiões do interior se assemelhavam mais aos municípios alentejanos que lhes eram contíguos.

No Algarve, a população aumentou, o número de nascimentos ainda foi superior ao de óbitos ocorridos ao longo da década, os fluxos migratórios foram fortemente positivos, influenciados pela imigração, em particular, do sexo feminino, compensando os fluxos de entrada largamente os de saída. As zonas (predominantemente e medianamente) urbanas revelaram-se visivelmente ganhadoras em termos populacionais. Alguma transferência de residentes para as zonas rurais permitiu também ao Algarve contrabalançar o êxodo rural que se fez sentir ao longo da década.

As especificidades demográficas do Algarve, caracterizadoras de uma região dinâmica e acolhedora em termos populacionais, originaram que, em 2011, também a população presente fosse superior à residente.

Em oposição, no Alentejo a população presente era menor do que a residente, o que mostra, à partida, que um elevado número de residentes se teria ausentado da região, procurando fora da sua área de residência melhores condições de trabalho e de vida.

A população do Alentejo entrou em declínio ainda mais acentuado na primeira década do Séc. XXI, perdendo 3,1 vezes mais população do que na década anterior, maioritariamente por influência directa do desequilíbrio entre óbitos e nascimentos ocorridos na região, responsável por um défice de -38 511 habitantes.

A capacidade de atracção de imigrantes, internos e externos, relativamente à perda de residentes por efeito da emigração (quer dirigida ao estrangeiro, quer para outras regiões do País), apenas compensou em cerca de 54% aquela perda. Se excluirmos a Lezíria da Tejo desta análise, o saldo migratório positivo apenas reduziu o dano provocado pelo saldo natural negativo em aproximadamente 22%.

Com uma população em declínio, o Alentejo tornou-se ainda mais despovoado e a distribuição territorial da população agravou a tendência de uma muito baixa densidade populacional que, em termos médios, já o caracteriza.

Em contraposição, o crescimento populacional do Algarve favoreceu a concentração e fez aumentar globalmente a densidade.

No entanto, os acréscimos na densidade populacional do Algarve (15,8%) e na Lezíria (3,4%), foram superiores na década de 90. Pelo contrário, o despovoamento das restantes NUTSIII do Alentejo foi superior na década de 2001-2011. O Alentejo Litoral e o Central, inverteram um ligeiro aumento da densidade registado na década de 90 (1,5% e 0,2%, respectivamente) e diminuíram a sua densidade populacional (-2,3% e -3,5%). As regiões que mais perderam na última década foram o Alto e o Baixo Alentejo (-6,4% e -6,3%) acentuando as perdas já registadas na década de 90 (-5,6% e -5,5%).

Porém, como já foi referido, existiam realidades demográficas distintas no interior de cada NUTSII.

No Algarve persistiam alguns municípios cujo comportamento demográfico se identificava mais com o do Alentejo do que com a região a que pertencem: Alcoutim e Monchique constituíam um claro exemplo.

A região tradicionalmente designada por Alentejo até 2012, que incluía apenas as NUTSIII, Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, revelou um comportamento demográfico muito semelhante, com exceções muito pontuais, como sejam os municípios de Sines e Campo Maior.

A NUTSIII, Lezíria do Tejo, pelo contrário, incluía apenas 6 municípios que se assemelhavam demograficamente ao restante Alentejo: Alpiarça, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior e Santarém.

Todos os outros municípios exibiam características demográficas distintas, de crescimento e vitalidade, por efeito de proximidade do litoral e da Área Metropolitana de Lisboa.

Na última década, primeira deste século, o conjunto formado pelas freguesias predominantemente e medianamente urbanas passou a representar uma proporção superior a 3/4 da população total residente no SUL enquanto que a constituída pelo número de habitantes das predominantemente rurais regrediu para menos de 25%.

No Alentejo, as freguesias predominantemente urbanas ganharam o dobro dos residentes que perderam (2,2 vezes mais); as medianamente urbanas perderam 2,4 vezes mais habitantes do que conseguiram atrair; e, as zonas predominantemente rurais perderam 5,1 vezes mais população do que captaram.

Nestes saldos entre entradas e saídas de população, designados por migrações líquidas, incluem-se as deslocações de residentes, a partir da região, de e para o estrangeiro, os movimentos inter-regiões, em ambos os sentidos, no interior da própria região, acrescidos, neste caso, pelo denominado êxodo rural versus atracção urbana, entre freguesias pertencentes às diferentes tipologias.

Comparativamente, em todo o SUL, o número de famílias aumentou muito mais do que o número de indivíduos residentes. Significa que se verificou uma desagregação das famílias numerosas em famílias de menor dimensão?

Entre 2001 e 2011, a região do Continente que mais aumentou o número de famílias foi o Algarve (25%) e a que teve o menor aumento foi o Alentejo (5%).

Contudo, a dimensão média das famílias, que em Portugal se reduziu em termos gerais, em 25%, no Algarve registou uma diminuição de 23% e no Alentejo de 17%.

Esta diminuição clara, permite antever um aumento do número de famílias unipessoais e de famílias constituídas por apenas dois elementos.

A redução verificada na dimensão média das famílias no nosso País, reflecte, para além de outros factores, o efeito do declínio da natalidade e um nível de fecundidade da população portuguesa feminina cada vez mais próximo de um filho, em média, por mulher. O corte de $\frac{1}{4}$ numa família clássica média composta por casal com dois filhos, implica a possibilidade de um incremento significativo do número de famílias constituídas por casal apenas com um filho.

Esta alteração na dimensão média da família, já vinha sendo constatada nas últimas décadas. No entanto, a quebra verificada nesta última década em regiões como o Norte do País (29%), ou as Regiões Autónomas dos Açores (38%) e da Madeira (45%), tradicionalmente diferenciados por famílias de maior dimensão, vem mudar o panorama nacional, tornando-o, neste aspecto, mais similar.

Em 2011, cada família possuía, em média, 2 alojamentos no Algarve enquanto que no Alentejo cada família dispunha, em média, de 1,5 alojamentos. Em Portugal, o número de alojamentos por família atingia, em média, um valor ligeiramente menor, 1,4.

Este antagonismo entre a região “mais” e a “menos” dinâmica, que lembramos começou no referente ao crescimento populacional, o mais elevado verificado no Algarve (14%) e o maior declínio no Alentejo (-2,3%), também se observou no aumento registado no número de alojamentos (37% versus 12%) e no crescimento do número de edifícios (25% contra 10%, respectivamente).

Se se observa um aumento maior no número de alojamentos do que de famílias, poder-se-ia admitir a possibilidade de um número crescente de segundas habitações ou um acréscimo do número de alojamentos devolutos. De notar ainda, que um maior aumento do número de alojamentos relativamente ao de edifícios poderá significar um aumento da construção em altura, nas diferentes regiões em estudo.

Apesar do número de alojamentos por edifício ser, obviamente, superior na região de Lisboa (3,3) o Algarve consolidou a segunda posição neste ranking (1,9) em 2011, tendo crescido cerca de 10% entre 2001 e 2011. O Alentejo apresentou neste rácio também o segundo valor mais baixo ao nível nacional (1,2) apenas superado pelos Açores (1,1).

O Algarve registou na última década a segunda maior taxa de crescimento do número de alojamentos por edifício, somente ultrapassada a nível nacional pela Região Autónoma da Madeira (11%). O Alentejo, contrariamente, ostentou a taxa de crescimento mais baixa do País (1,5%).

Em síntese, em 2011, observamos uma vasta região, a sul do País, caracterizada na sua maior extensão por um acentuado declínio demográfico, em contraste com uma faixa localizada no litoral algarvio que denota uma intensa vitalidade demográfica no contexto nacional. Acresce actualmente àquele litoral, um reduzido conjunto de municípios geograficamente contíguos que, devido à sua proximidade da Grande Lisboa, se comportam igualmente com grande dinamismo.

Alentejo e Algarve são assim realidades demográficas quase opostas coabitando na mesma região sul do País. Os resultados preliminares dos Censos 2011, revelaram o acentuar de velhas tendências e um agravar das descontinuidades territoriais, com um interior cada vez mais despovoado, que se estende agora até à costa atlântica. A dicotomia litoral versus interior parece tender a desaparecer, tal como a importância das cidades “capitais regionais” desvanece comparativamente às décadas passadas. Em particular, a expectativa de recuperação de algum dinamismo originado pelas migrações na última década do século passado parece perdida. Somente alguns municípios algarvios contrariam vigorosamente esta tendência.